

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS RESSALTANDO AS TIC EM SERGIPE

Eixo 02 - Educação a Distância, Formação, currículo, avaliação e políticas públicas

Isabela Araujo Lima
Thamires Pereira
Vera Maria dos Santos

RESUMO

Por meio das discussões a respeito das obras elencadas, teceremos um breve estudo sobre temas atuais para a educação brasileira no século XXI, tais como a formação profissional e as políticas públicas, ressaltando o caso de Sergipe quanto à aplicação das TIC como política pública. Este é o nosso objetivo. A pesquisa bibliográfica tomada como aporte metodológico contempla, dentre outras, produções científicas realizadas pela Dr^a Andréa Karla F. Nunes, 2010, 2015, a respeito das TIC em Sergipe e diligência a obra “Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação” escrita por Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. C. da Silva, 2015, com método de pesquisa a produção de fichamentos. Assim, ao aprofundarmos a reflexão, proporcionamos como contribuição acadêmica o estudo de temáticas observadas como relevantes para o desenvolvimento da Educação no Brasil, enfatizando sua relação com as políticas públicas. A partir dos estudos realizados, advimos que muito temos a transformar e construir no sentido de superarmos os desafios brasileiros da educação como a formação humana e profissional, acompanhando avanços experienciados pelas tecnologias da informação e comunicação em Sergipe ao fomentar a atuação estatal efetiva através das políticas públicas voltadas para a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação brasileira. Políticas públicas. Tecnologias da informação e comunicação em Sergipe. Formação profissional.

ABSTRACT

Through the discussions about the works listed, we will make a brief study on current issues for Brazilian education in the 21st century, such as professional training and public policies, highlighting the case of Sergipe regarding the application of ICT as a public policy. This is our goal. The bibliographical research taken as a methodological contribution contemplates, among others, scientific productions carried out by Dr. Andréa Karla F. Nunes, 2010, 2015, regarding ICT in Sergipe and diligently the work "Political and pedagogical thinking in the formation of the researcher in education" written by Maria Abádia da Silva and Kátia Augusta CPC da Silva, 2015, with research method the production of files. Thus, as we deepen reflection, we provide as an academic contribution the study of the themes observed as relevant for the development of Education in Brazil, emphasizing its relation with public policies. Based on our studies, we have seen that we have a lot to transform and build in order to overcome the Brazilian challenges of education, such as human and professional formation, following

advances experienced by information and communication technologies in Sergipe by fostering effective state action through policies education.

KEYWORDS: Brazilian education. Public policy. Information and communication technologies in Sergipe. Professional qualification.

1 Introdução

Esse breve estudo tem como objetivo discorrer sobre temas atuais para a educação brasileira no século XXI, tais como a formação profissional e as políticas públicas, ressaltando o caso de Sergipe quanto à aplicação das TIC como política pública principalmente após ano 2000.

Dado o avanço das condições políticas democráticas e da necessidade do desenvolvimento de arranjos institucionalizados para a implementação da governabilidade, temos que no Brasil há atualmente a estruturação de objetivos referentes à educação que envolvem política, projetos, medidas, metas e diretrizes, nem sempre dotados de efetividade. Referindo-se ao estado de Sergipe, entendemos que algumas ações destacam-se em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Em consonância a esses avanços, a discussão acerca das políticas públicas em geral nas últimas décadas tomou uma dimensão muito ampla, com disposições que avaliam a orientação política do Estado brasileiro e as atividades governamentais relacionadas a tarefas de interesse público. Assim, as políticas públicas educacionais ganham enfoque a partir de medidas, disposições legislativas e procedimentos que regulam ações coletivas, compromissos e tomadas de decisões, visando teoricamente a orientação, o exercício da cidadania e a garantia de direitos perante a sociedade.

Consideramos que, com esforço em conjunto da sociedade e das instituições, a educação pública conta com a responsabilidade e parceria dos governos federal, estadual e municipal a incentivar o ensino de qualidade e o acesso de todos a oportunidades, num sistema que é fruto de políticas públicas. Assim, para o profissional educador, faz-se fundamental o conhecimento sobre as propostas vigentes, a fim de se buscar a qualidade, a efetivação e manutenção das políticas que apresentarem bons resultados. Por esse motivo e com a justificativa de que o desenvolvimento e implantação das TIC na educação representam avanços significativos, como

observamos no caso de Sergipe, temos que apesar de ser um tema bastante debatido nunca devemos deixar de examiná-lo devido a sua importância.

Quando antes, o Brasil experimentou em séculos passados grande burocratização, autoritarismo e centralização estatal em todas as esferas, incluindo a educação. Hoje podemos observar, a partir da globalização, uma maior abertura para oportunidades que se apresentam diversificadas com o advento das tecnologias da informação e comunicação. Apresentamos exemplos como o desenvolvimento do ensino à distância, a maior qualidade na proposta de cursos profissionalizantes, a prática das perspectivas propostas em políticas públicas desde o início do século XXI no Brasil com o final do governo de Fernando Henrique Cardoso e o advento do governo Lula em 2003, o aquecimento das reflexões sobre novos olhares para a formação de profissionais e o caso de Sergipe com implementação das TIC para o avanço da educação no estado.

Outrossim, nas obras elencadas para compor esse estudo, poderemos vislumbrar alguns caminhos pelos quais segue a educação brasileira neste século, abordando feições que precisam de um olhar mais aguçado por parte dos educadores, diretores e dos governantes responsáveis pela proposição de novos projetos e pela efetivação das políticas públicas já em andamento.

A pesquisa bibliográfica tomada como aporte metodológico contempla o referencial teórico, dentre outras, produções científicas realizadas pela Dr^a Andréa Karla F. Nunes, 2010, 2015, a respeito das TIC em Sergipe e a obra “Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação” escrita por Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. C. da Silva, 2015, com o método de pesquisa utilizado a produção de fichamentos destas obras.

Por conseguinte, a estrutura da exposição do presente artigo está dividida em partes tais como a introdução, em que expomos a justificativa, objetivos, relevância da temática, a síntese da metodologia utilizada e os limites do alcance argumentativo. Em seguida, o corpo do trabalho demonstra o cerne principal da discussão, chegando às considerações finais.

2 A Educação como política pública, a formação profissional e a sua relação com as tecnologias da informação e comunicação (TIC)

As transformações técnico-científicas dos últimos anos, sentidas desde os anos 90, provocaram mudanças na sociedade e o estabelecimento de novas relações com o trabalho. Concomitantemente, a expansão do conhecimento exige um fluxo maior de desenvolvimento, produtividade e competitividade.

Em contrapartida, as Tecnologias da Informação e Comunicação foram inseridas no cotidiano escolar, sendo necessário que os governantes invistam cada vez mais em políticas públicas na área de educação que atendam à formação e qualificação dos trabalhadores, docentes e alunos para adequarem-se às demandas do mercado, da sociedade mais exigente por desenvolvimento, do mundo globalizado e da nova ordem econômica.

O que está implicado aqui é que o uso da tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento: maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura e potencializar a produção cultural, criando, até, novas formas de arte. A tecnologia sempre foi instrumento de inclusão social, mas, agora, adquire novo contorno, não mais como incorporação ao mercado, mas como incorporação à cidadania e ao mercado, garantindo o acesso à informação e barateando os custos dos meios de produção multimídia através das novas ferramentas que ampliam o potencial crítico do cidadão. Somos cidadãos e consumidores, emissores e receptores de saber e informação, seres, ao mesmo tempo, autônomos e conectados em redes, que são a nova forma de coletividade (PRETTO, 2006, p. 19).

Isso quer dizer que a utilização dos recursos tecnológicos é um fato estabelecido através do seu amplo uso em tarefas domésticas, no ambiente de trabalho, no meio educacional, nas atividades corriqueiras do cotidiano. A amplitude digital e eletrônica invade nossas vidas e nos proporciona o contato com o mundo globalizado.

Anísio Teixeira, 1963, anteviu o papel das tecnologias disponíveis à época e em seu discurso sobre a “escola moderna” previu que o papel das TIC seria fundamental para os novos rumos que a educação brasileira desbravaria em tempos de globalização e maior acessibilidade à informação.

O mestre seria algo como um operador dos recursos tecnológicos modernos para a apresentação e o estudo da cultura moderna, e como estaria, assim, rodeado e envolvido pelo equipamento e pela tecnologia produzida pela ciência, não lhe seria difícil ensinar o

método e a disciplina intelectual do saber que tudo isso produziu e continua a produzir. A sua escola de amanhã lembrará muito mais um laboratório, uma oficina, uma estação de televisão do que a escola de ontem e ainda de hoje. (TEIXEIRA, 1963, p. 12).

Portanto, precisamos compreender como se deu a formação de recursos humanos para trabalhar com as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na educação. A trajetória de implantação de Programas e Projetos em níveis nacionais e municipais (como o exemplo da consolidação da Divisão de Tecnologia e Ensino na Secretaria da Educação em um estado como Sergipe e o advento do ProInfo) contribuíram para formação de profissionais para trabalhar na área das TIC, profissionalizando cada vez mais um contingente expressivo de trabalhadores aptos a encontrarem aceitação no mercado de trabalho.

Nesse diapasão, a obra “Políticas públicas e TIC na educação: DITE Sergipe 1994 a 2007” escrita pela Prof^a Dr^a Andrea Karla Ferreira Nunes, 2010, tem como ênfase o contexto sergipano e o processo de mudanças na cultura e práticas escolares do estado, com abordagem da História Cultural, contemplando também o enriquecimento que as TIC trouxeram à cultura material escolar em questão. Entender o movimento da formação de recursos humanos para trabalhar com as TIC nas escolas sergipanas foi fruto de pesquisa realizada no curso de Pós-graduação do doutorado em educação da Universidade Federal de Sergipe. Traz, por dizer, uma importante contribuição para o campo da historiografia sergipana e nacional ao analisar as origens e a consolidação da DITE (Divisão de Tecnologia de Ensino), partindo do entendimento de que esse departamento foi responsável pela difusão e implantação de programas de projetos de tecnologias na educação nas escolas públicas sergipanas (NUNES, 2015).

A contribuição dessa obra para o tema da atual pesquisa nos chama a atenção para a investigação e a análise da implementação das TIC e seu desenvolvimento como política pública expressiva em melhoria da educação num estado tão pequeno pertencente ao território brasileiro, estudo até então inédito para a população sergipana que pôde identificar seu contexto e sua realidade expressas através da pesquisa detalhada das fontes historiográficas e documentos.

Para o acompanhamento das ações de implantação e desenvolvimento dos programas nacionais com o uso das TIC no contexto educacional, cada Estado brasileiro passou a assumir novas responsabilidades, as quais ensejaram a formação de equipes de especialistas e a criação de setores específicos na Secretaria de Estado da Educação que seriam

responsáveis pela capacitação, assessoria e acompanhamento desses programas e projetos em nível local, e foi assim que Sergipe criou a DITE no ano de 1994 (NUNES; BERGER, 2010, p.2).

Segundo Nunes e Berger, 2010, p. 2, “Ao procurar atender às demandas pela qualificação dos trabalhadores, o Governo Federal, a partir da década de 90 do século XX, através do Ministério da Educação, vem implantando políticas públicas para o uso das tecnologias na área da educação através de Programas federais específicos, a exemplo do Programa Nacional de Informática (ProInfo), TV Escola, Rádio Escola e, mais recentemente, o DVD Escola. Para o acompanhamento das ações de implantação e desenvolvimento das propostas dos programas nacionais para o uso das tecnologias da informação e comunicação na esfera educacional, cada estado brasileiro criou um setor/órgão/ divisão que, seguindo as diretrizes dos programas nacionais, deveriam implantar, capacitar, assessorar e acompanhar o desenvolvimento em nível local. Em Sergipe, o início da década de 90 do século XX foi o período em que aconteceram os passos iniciais na área das tecnologias na educação”.

O fato da existência de um setor/órgão/divisão que acolheu e executou ações para o uso das tecnologias da informação e comunicação, objetivando a criação e propagação de uma cultura de introdução dos recursos tecnológicos na educação brasileira, em especial na escola pública, implica mudanças na cultura escolar (NUNES; BERGER, 2010, p.3).

A implantação das tecnologias no cenário educacional, bem como o implemento de políticas públicas nesse sentido, de certo, não deixam de constituir um importante estímulo para os educadores do século XXI, precipuamente no Brasil, em que há a necessidade constante de se compreender como essas tecnologias podem contribuir na luta para a construção de uma escola pública democrática, inclusiva, e que ofereça um ensino de qualidade.

Percebe-se que ao longo da história a escola foi incorporando recursos que eram da vida social extramuros, a exemplo da televisão, do computador, dentre outros, e da utilização desses recursos a serviço da educação. Isso pressupõe que tanto os recursos como o uso que se foi dando a eles foram construídos e adaptados para o ambiente escolar, exigindo-se, por certo, outras formas de conceber a educação (NUNES, 2015, p. 22).

As TIC, assim sendo, colaboram para a democratização e popularização da ciência através do estímulo a uma atitude educadora emancipatória do indivíduo,

compreendendo políticas estatais para a ampliação do acesso aos meios pela população carente e pela manutenção dos recursos disponíveis aos que já fazem uso no ensino e aprendizagem.

Sabemos que reverberações das políticas públicas já implementadas e suas discussões ensejam cada vez mais ações governamentais e refletem esforços para diminuir a desigualdade social no acesso à educação brasileira.

Temos como exemplo programas bastante conhecidos criados pelo governo federal e pelo Ministério da Educação (MEC) como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), iniciado em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), que oferece cursos gratuitos em âmbito nacional e foi instituído pela lei 12.513 em 2011, além do programa Brasil Alfabetizado, realizado desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Além desses, muitos outros programas menos divulgados foram instituídos nessa década com exemplo, entre eles, do Projovem Campo – Saberes da Terra, implementado em 2005, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, e do programa Caminho da Escola, que foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Não podemos deixar de mencionar a EJA (Educação de Jovens e Adultos), que não é um programa mas uma modalidade de educação básica, catalizadora de várias propostas e outros projetos, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394/96) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, parecer nº 11/2000, expressa também a concepção de resgate de uma dívida social de

herança colonial negativa, quando se preservou tangivelmente uma educação que fortaleceu a desigualdade social (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Quanto à implementação das TIC na educação, destacamos o programa “ProInfo”, Programa Nacional de Tecnologia Educacional, criado pela Portaria do Ministério da Educação nº 522, em 1997, que promove o uso pedagógico da informática em nível de educação pública básica, equipando escolas cadastradas com laboratórios dotados de computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais em ambientes urbano e rural, com a capacitação dos educadores para uso das máquinas e tecnologias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

No entanto, os crescentes esforços brasileiros para favorecer a profissionalização e a especialização da mão-de-obra em direção ao mercado de trabalho tem representado uma “faca de dois gumes”. Isso porque no que contribui para profissionalizar a mão-de-obra, diminuindo o analfabetismo, não apresenta avanços para a qualificação, formação e autonomia efetivas dos indivíduos. Sabemos, por exemplo, que muitas escolas e instituições públicas no cenário da educação brasileira ainda não possuem acesso às tecnologias da informação e comunicação básicas como o uso de computador.

O desenvolvimento de competências e da formação do pensamento pedagógico contemporâneo no Brasil representa o fortalecimento da autonomia dos trabalhadores, que desde a Constituição Federal de 1932, foi valorizada com a ampliação de direitos trabalhistas e garantia de melhores condições de labor.

Entretanto, nessa construção histórica, no âmbito do capitalismo, a formação para o trabalho e a educação passam a significar a formação profissional, não constituindo necessariamente o vice-versa uma premissa a ser esboçada como cerne principal da formação humana.

Os níveis de escolarização, por sua vez, relacionam-se paulatinamente ao perfil do trabalhador apto a ocupar postos de trabalho. Então, “o saber”, antes mesmo de se caracterizar como “educação” e “formação humana”, resume-se à constituição de bases técnicas comuns ao “saber específico”, visando o avanço da produção, a hierarquização social e a organização do processo do trabalho (SILVA; SILVA, 2015).

A qualificação e a competência colocam em pauta valores como a polivalência, a proatividade e a resiliência diante de demandas que se alteram constantemente, além de também reivindicarem formação continuada. Não raro, poucos se interessam pela pós-

graduação, pois a maior parte das ofertas de emprego desvalorizam a qualificação aprimorada (SILVA; SILVA, 2015).

A competência e a formação se manifestam, então, em situações concretas, com a aplicação de noções de autonomia e iniciativa, sendo que poucas empresas estariam de fato dispostas a conceder espaço para seu exercício, para a valorização profissional e remuneratória, nem sempre se traduzindo isso em permanência no mercado de trabalho. Em contrapartida, os profissionais que manuseiam e conhecem como utilizar as tecnologias da informação e comunicação, por vezes, conseguem melhores salários.

A emergência de novas tecnologias e formas de organização da produção, que apontam para outro modo de produção do conhecimento, conduz ao questionamento sobre a adequação e suficiência do conceito de qualificação como estruturador das relações de produção e das normas de acesso e permanência no mercado de trabalho (SILVA; SILVA, 2015, p. 220).

De certo, faz-se importante alcançarmos índices almejados de redução do analfabetismo. No entanto, precisamos repensar as dimensões sociais e conceituais dessa educação profissionalizante ofertada e disseminada para a ocupação do emprego exclusivamente técnico. Precisamos contribuir para retirar a população carente do analfabetismo, porém, incentivando o crescimento do indivíduo enquanto ser educado emancipado, com qualificação acadêmica em níveis superiores, aptos a conquistarem a melhoria das suas condições de vida.

Assim, os empregos continuam sendo avaliados e classificados segundo o posto de trabalho, além de que a qualificação profissional perde a noção de formação humana em sentido amplo, adquirindo o deslocamento conceitual para a cultura da produção, considerados os movimentos contraditórios decorrentes das relações de interesses econômicos que pouco priorizam a autonomia e emancipação individuais (SILVA; SILVA, 2015).

Ao desenvolver múltiplas habilidades, o profissional formado precisa se adaptar aos novos processos de trabalho e às novas tecnologias, cuja mutabilidade impõe constantes atualizações e capacidades transmissíveis (SILVA; SILVA, 2015).

Outro ponto de discussão é que a noção de competência encontra-se vinculada à promoção de empregabilidade, num ciclo vicioso ditado pelo lucro. As instituições escolares e universitárias, desse modo, são pressionadas pelo empregador, que preocupa-se com os custos da formação e pelo “potencial empregado”, que procura a

certeza do retorno do investimento educacional que pretende fazer. Temos, portanto, no Brasil, uma educação pressionada a acompanhar as mudanças do mercado de trabalho, sempre ligada aos avanços tecnológicos, fornecendo parâmetros, padrões e certezas que o Estado e as condições econômicas do país não conseguem abarcar com frequência.

A questão emergente surge: as políticas públicas brasileiras propostas atualmente foram preparadas (não conceitualmente, não teoricamente, como foram transferidas em metas para o papel, mas em efetividade) para despressurizar esse sistema retroalimentado e acompanhar as mudanças sócio-econômicas citadas? Passemos às nossas linhas conclusivas, a seguir, nas ponderações em desfecho.

Considerações Finais

Debater sobre políticas públicas educacionais pode parecer antiquado, pois discussões sobre essa temática encontram-se por demais triviais, já calcadas por diversas críticas, no entanto, entendemos que muitos desafios e problemas enfrentados no país continuam insuperados, com presença constante nas discussões mais aprofundadas sobre a educação brasileira.

Mesmo tão estudada, essa temática precisa ser sempre pleiteada face às transformações experimentadas pela educação e à velocidade das mudanças sociais de década em década. Por conseguinte, precisamos buscar novas formas de olhar e pensar as políticas públicas, enriquecendo e fomentando pesquisas sobre esse assunto.

Conforme as reflexões apresentadas, é possível verificar que as políticas educacionais brasileiras necessitam de maior equilíbrio com as dimensões sociais e econômicas. Apesar de hegemônica, essa noção não está totalmente incorporada nos sistemas de ensino.

O desenvolvimento das políticas públicas em geral, da profissionalização e da formação sempre fez parte das relações educacionais e dos processos de formação para o trabalho, muito embora seja questionável a centralidade do mercado de trabalho como organizador do processo educativo, sendo determinado pelas necessidades econômicas enfrentadas no país.

As tecnologias da informação e comunicação antes de serem tidas apenas como um recurso de conhecimento a adquirir para formar mão-de-obra prática e para fomentar

entre os trabalhadores o aumento de salários, devem ser encaradas primordialmente como ferramentas emancipatórias do indivíduo que contribuem para a sua educação e acesso ao mundo globalizado.

Sobre a formação de recursos humanos para trabalhar com as TIC nas escolas e universidades, encontramos a escassez de recursos destinados à implantação das tecnologias no alcance das metas estabelecidas. O exemplo de Sergipe pode demonstrar caminhos e críticas. Há a necessidade também de buscarmos focos específicos nas propostas dos programas e projetos para a utilização das TIC, não ignorando o potencial mediador das DITES, incentivando sua consolidação.

É preciso considerar que o quadro social e cultural influencia no fato de que não basta a introdução das políticas públicas educacionais nas instituições educativas. É preciso verificar a possibilidade de rever caminhos diferenciados de aplicação prevendo uma forma de manter a continuidade dos trabalhos desenvolvidos nesse sentido.

Em exemplo do uso do computador ligado à aprendizagem, ao desenvolvimento da educação à distância com a *internet*, a difusão da informática aplicada à educação e das crescentes demandas por tecnologias aprimoradas à profissionalização, temos que deve ser defendida a ressignificação do proveito dos recursos tecnológicos em vários contextos sociais e no universo escolar, com a reorganização e capacitação dos educadores para atuar em tais aptidões e, por conseguinte, o maior desenvolvimento de competências na formação profissional amplamente considerada objeto primordial das políticas públicas atualmente em foco no Brasil.

Referências

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Governo**. 2018. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/proinfo/proinfo>> Acesso em: 7 jul. 2018.

NUNES, Andréa Karla Ferreira. **Políticas Públicas e TIC na Educação: DITE Sergipe 1994 a 2007**. Aracaju: EDUNIT, 2015.

NUNES, Andréa Karla Ferreira. BERGER, Miguel André. **Os percursos da Divisão de Tecnologia de Ensino em Sergipe**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. 2010. Disponível em < educonse.com.br/2010/eixo_09/e9-14.pdf> acesso em: 15 fev 2018.

PRETTO, Nelson De Lucca. Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**. v.2, n.1, março 2006, p. 8-21. Disponível em:<<http://www.ibict.br/liinc>> Visitado em: 04 out 2018.

SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. (orgs.) **Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação.** 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

TEIXEIRA, A. Mestres de amanhã. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 40, n. 92, p.10-19, out./dez. Rio de Janeiro, 1963. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br>> Visitado em: 04 out 2018.